

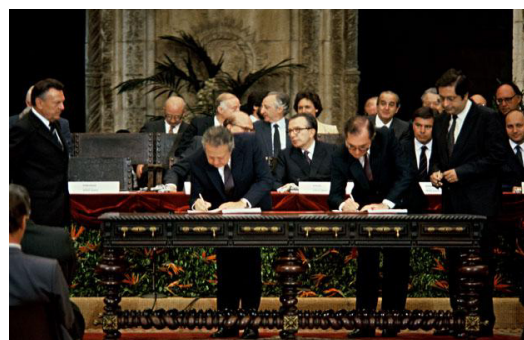
40.º aniversário da adesão de Portugal à UE

Portugal tornou-se membro das Comunidades Europeias em janeiro de 1986, juntamente com Espanha — foi o terceiro alargamento da União Europeia. Desde então, o país tem tido um papel ativo na integração europeia. Nos seus 40 anos de adesão, Portugal passou por profundas mudanças políticas, económicas e institucionais. Em 21 de janeiro de 2026, o Parlamento assinala o 40.º aniversário da adesão do país à UE, e Marcelo Rebelo de Sousa, presidente da República de Portugal, fará uma intervenção em sessão plenária.

O percurso de adesão

A integração de Portugal nas Comunidades Europeias acelerou após a Revolução de 25 de Abril de 1974, que resultou na transição do país para a democracia. Durante o primeiro Governo Constitucional (1976-1978), encabeçado por Mário Soares, considerado o pai da democracia portuguesa, a integração europeia tornou-se uma prioridade central. Em 1976, Mário Soares, acompanhado por José Medeiros, ministro dos Negócios Estrangeiros, e Vítor Constâncio, presidente da Comissão para a Integração Europeia, [visitou](#) capitais europeias com vista a obter apoio para a candidatura de adesão de Portugal e a criar consenso na Assembleia da República, que [aprovou](#) o pedido de adesão no mesmo ano. Em 28 de março de 1977, Portugal [apresentou](#) o seu pedido de adesão. A Comissão Europeia emitiu um [parecer](#) favorável em 19 de maio de 1978 e, em 6 de junho de 1978, o Conselho de Ministros [tomou conhecimento](#), por unanimidade, do parecer positivo da Comissão e concordou em dar início às negociações de adesão.

O primeiro [acordo de pré-adesão](#), assinado em 18 de dezembro de 1980, previa 100 milhões de ecu para apoiar projetos de modernização das estruturas industriais e do setor agrícola e das pescas e de desenvolvimento das infraestruturas. Em 17 de novembro de 1982, o Parlamento Europeu aprovou uma [resolução](#) em que reafirma o apoio político à adesão de Portugal e de Espanha. Em 1984, Mário Soares advertiu que Portugal poderia retirar-se do processo de adesão se não se registassem progressos durante a Presidência francesa. Em 26 de junho de 1984, o [Conselho Europeu de Fontainebleau](#), que encerrou a Presidência francesa, foi um ponto de viragem, porquanto desbloqueou as negociações, que estavam num impasse, e definiu setembro de 1984 como data-limite para a sua conclusão, além de ter [confirmado](#) que a adesão de Portugal e de Espanha aconteceria em 1 de janeiro de 1986. Ainda nesse ano, uma [declaração conjunta](#) adotada em Dublin estabeleceu que a data oficial de adesão seria 1 de janeiro de 1986 e introduziu um segundo [acordo de pré-adesão](#) para apoiar a agricultura e as pescas. Em 30 de maio de 1985, a Comissão Europeia emitiu um [parecer](#) favorável e o Conselho [aprovou](#) a entrada de Portugal e Espanha nas Comunidades Europeias. Em 12 de junho de 1985, Portugal assinou o [Tratado de Adesão](#) no Mosteiro dos Jerónimos de Lisboa e tornou-se, assim, membro das Comunidades Europeias juntamente com Espanha. Em janeiro de 1986, os deputados portugueses nomeados participaram na sua primeira [sessão plenária](#) do Parlamento Europeu. As primeiras eleições do país para o Parlamento Europeu aconteceram em [9 de julho de 1987](#), no âmbito das quais Portugal elegeu 24 deputados.



O Tratado de Adesão de Portugal foi assinado por Mário Soares, primeiro-ministro, por Rui Machete, vice-primeiro-ministro, e por Jaime Gama, ministro dos Negócios Estrangeiros, em 12 de junho de 1985.

A transformação de Portugal ao longo dos 40 anos

A adesão de Portugal às Comunidades Europeias em 1986 marcou o início de uma profunda transformação. No ano da adesão, o produto interno bruto (PIB) *per capita* em poder de compra padrão representava



apenas **54,4 %** da média comunitária. Ao longo da década seguinte, Portugal passou por um rápido processo de **convergência real** e atingiu 72 % do rendimento médio comunitário em 1998. Entre 1996 e 2024, o PIB **triplicou**: passou de 94 351 milhões de EUR para 289 428 milhões de EUR. A **integração no mercado único europeu** acelerou a ocorrência de mudanças estruturais na economia portuguesa. Antes da adesão, predominavam a agricultura e a indústria transformadora tradicional, ao passo que os serviços tinham um papel menor. Em 2024, os **serviços** representavam 76,5 % do valor acrescentado bruto (VAB) e 72,4 % do emprego total, em comparação com 21,2 % do VAB e 24,7 % do emprego na indústria, construção, energia e água, e apenas 2,9 % do VAB e 2,7 % do emprego na agricultura. A integração comercial aumentou consideravelmente, e as exportações e importações passaram de pouco mais de 50 % do PIB em 1974 para mais de 90 % em 2024.

Do ponto de vista político, a adesão constituiu-se como uma pedra angular da **consolidação democrática**, porquanto exigiu reformas constitucionais e administrativas para robustecer as instituições, a administração pública e o Estado de direito, além do alinhamento pelo acervo comunitário. Portugal adotou o euro em 1999, o que reforçou a disciplina orçamental e a capacidade de governação. Os **fundos estruturais e de coesão da UE** tiveram um papel de monta na modernização de Portugal, designadamente das suas infraestruturas. Entre 1990 e 2024, a rede de autoestradas de Portugal aumentou **dez vezes** — passou de 303 km para 3 113 km. Entre os **projetos** de grande envergadura figuram as autoestradas entre Lisboa e o Porto (A1) e entre Lisboa e o Algarve (A2), a ponte Vasco da Gama, a expansão do metropolitano de Lisboa, a modernização da Linha do Norte para introdução dos comboios pendulares de alta velocidade e a eletrificação da Linha da Beira Alta. Estes investimentos foram acompanhados de melhorias sociais. Os fundos da UE apoiaram a educação, a saúde e a inclusão social. A **mortalidade infantil** diminuiu 50 % entre 1988 e 2008, graças a melhores cuidados de saúde e condições de vida. O analfabetismo, que afetava **25,7 %** da população em 1970, na sua maioria mulheres, foi gradualmente reduzido através de programas de educação e literacia de adultos financiados por iniciativas da UE. O acesso ao ensino superior aumentou substancialmente: em 2023, havia **446 000** alunos, e havia mais mulheres do que homens. Estes ganhos no plano social continuam a ser amplamente reconhecidos: de acordo com o inquérito **Eurobarómetro** de março de 2025 do Parlamento Europeu, 91 % dos portugueses consideram a adesão à UE benéfica, muito acima da média da UE de 74 %.

Portugal na União Europeia

Portugal assumiu a sua **primeira Presidência** do Conselho das Comunidades Europeias em 1 de janeiro de 1992, segundo o lema «Rumo à União Europeia», e teve um papel de charneira na assinatura do **Tratado da União Europeia** em Maastricht e do **Acordo sobre o Espaço Económico Europeu** no Porto. A **segunda Presidência**, no início de 2000, ficou marcada pelo arranque da Conferência Intergovernamental que abriu caminho ao **Tratado de Nice** e ao ulterior alargamento aos países da Europa Central e Oriental. Durante este período, Portugal fortaleceu as relações com África e acolheu a primeira Cimeira UE-África. A Presidência terminou com a **proclamação** da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Em julho de 2004, o Parlamento Europeu aprovou José Manuel Durão Barroso como presidente da Comissão Europeia e confirmou o seu **apoio** a um segundo mandato em setembro de 2009, que exerceu até outubro de 2014. Em 2007, a **terceira Presidência** portuguesa culminou na assinatura do **Tratado de Lisboa**, que redefiniu a arquitetura institucional da UE, reforçou a representação externa, robusteceu o papel do Parlamento Europeu e simplificou a estrutura jurídica da UE. A **Presidência de 2021**, assumida no contexto da pandemia de COVID-19, concentrou-se em promover a recuperação da UE através da adoção do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), concretizar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e apoiar as transições digital e climática. Contam-se entre os principais resultados logrados a **Cimeira Social do Porto**, a entrada em vigor do quadro financeiro plurianual 2021-2027, a aprovação dos primeiros planos do MRR e a adoção da Lei Europeia em matéria de Clima. Hodiernamente, Portugal é representado por **21 deputados** no Parlamento Europeu e tem forte presença na liderança da UE, designadamente com **António Costa** na qualidade de presidente do Conselho Europeu, e **Maria Luís Albuquerque** como comissária dos Serviços Financeiros e União da Poupança e dos Investimentos.